

Premio Periodista Amigo de los Niños: promoción y Periodismo Público, investigación en la perspectiva de los estudios de Newsmaking

Journalist Friend of Children Award: Promotion and Public Journalism Research Perspective Studies Newsmaking

Robson Dias

Universidade Católica de Brasília (PPGSSCOM / UCB)

r.ucbprofessor@gmail.com

Fecha de recepción: 30 de enero de 2016

Fecha de recepción evaluador: 29 de febrero de 2016

Fecha de recepción corrección: 7 de marzo de 2016

Resumo¹

Há premiações em jornalismo para matérias, profissionais e empresas de comunicação. O prêmio *Jornalista Amigo da Criança*, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância, é um dos raros prêmios que aponta para o profissional. O título não se esgota com a titulação, pois não se trata de um mero certificado. Trata-se de uma estratégia que visa a *Advocacy* dos direitos da infância e da adolescência. O trabalho investiga a influência do prêmio em relação ao profissional de jornalismo, pela perspectiva dos estudos de *Newsmaking*.

Palavras-chave: Jornalismo, Newsmaking, Criança, Adolescente, Prêmio, Premiação.

Abstract

There are premiums in journalism for news, journalists and institutions of media. The prize Child's Friend Journalist of Child Rights News Agency one of the rare prizes for journalists. But the prize doesn't end up with the titulation. It's not an ordinary certificated. It's an Advocacy strategy to get better child and teenager theme's treatment. This research analyses the prize's influences over de journalists, based in the Newsmaking theory.

Keywords: Civic Journalism, Newsmaking, Childhood, Prize, Awards, Advocacy

Introdução

O prêmio *Jornalista Amigo da Criança* trata de direitos da infância e da adolescência e é gestado pela ANDI, ex-Agência de Notícias dos Direitos da Infância; que, desde 2012, chama-se ANDI - Comunicação e Direitos. A premiação existe desde 1997, com o intuito de criar uma cultura jornalística baseada na “Investigação de Soluções” (Dias, 2011a). Os premiados têm presença nas redações dos 80 maiores meios de comunicação do País.

Este artigo resgata os resultados de uma dissertação e o estudo da percepção de jornalistas que receberam o prêmio *Jornalista Amigo da Criança*, a partir do questionamento sobre a influência da premiação em suas carreiras, feito com uma rede de 346 profissionais, espalhados por todo o país (2008). Desde lá, a premiação acrescentou poucos jornalistas a esse rol: ficando 5 anos sem expandir a rede (2008-2012). Em 2012, nomeou mais 22 e subiu para 362 profissionais de jornalismo; em 2015, mais uma adição, subindo para 392, o número atual (2015). Desde a aplicação do questionário (2008), até a presente data, houve um de apenas 13% na rede de colaboradores, o que nos faz crer a validade e importância ainda da divulgação científica deste estudo.

Paralelo a este tema, a ANDI premia a partir do *Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo* pautas sobre criança e adolescência e financia a produção de material noticioso dessas pautas vencedoras do concurso (o que vale a crítica antiga de “matéria paga”², mas também não deixa de ser uma engenhosa forma de inserção no espaço público a partir da realidade de pautas que não sejam autofinanciáveis dentro das estruturas da mídia, ou das “Fábricas de Notícias”³).

Enquanto o prêmio *Jornalista Amigo da Criança* pode ser caracterizado por uma fase de expansão de sua rede (1997-2008), que também é o mesmo ano de realização desse estudo (Dias, 2008), além de mais dois estudos de mestrado no PPGFAC/UnB (Oliveira, 2008; Mora, 2008); o *Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo* teve uma sequência bianual de atividades em 2004, 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014. Sendo que Dias (2008) fez um estudo de caso sobre o prêmio *Jornalista Amigo da Criança*, Oliveira (2008) chegou a ser gestor desse prêmio e fez um estudo sobre as estratégias de agendamento da ANDI e Mora (2008) fez um estudo de caso sobre o *Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo*. Consideramos a fase de 2008-2015 como de reforço e “reposicionamento” (ANDI, 2015) da estratégia do prêmio *Jornalista Amigo da Criança* com foco maior em interação e acompanhamento dos processos já legitimados (2012-2015), passando pela inatividade (2008-2012), depois da expansão da rede de colaboradores (1997-2007).

Voltamos ao tema, neste ano, devido à retomada das premiações pela ANDI (2012, 2015), depois de uma parada, exatamente no ano em que este estudo foi

realizado: e também porque fizemos uma recomendação na conclusão do estudo, que foram utilizadas para reposicionamento da ação:

Durante a pesquisa, percebemos que a edição do CEJ (2007), apesar de recente, tem pouca visibilidade no meio jornalístico, sendo mais discutido na academia (artigos científicos publicados e salas de aula). A própria ANDI não reforça os ideais mais sociais do novo CEJ em relação ao grupo de *Jornalista Amigo da Criança*. As respostas evasivas em relação à edição do novo código revelam o desconhecimento dos diplomados em relação ao assunto e aos preceitos do CEJ (2007) (Dias, 2008, p. 291).

Essa questão da ética do novo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007), que trata expressão da questão da criança e do adolescente, além da consideração tratada por este estudo aparece formalmente na definição do projeto/premiação:

Assim, nas escolhas anteriores a 2012, além do posicionamento ético, a elaboração de matérias com incidência direta na promoção e defesa dos direitos da infância e adolescência foi o critério básico para a seleção. Na seleção de 2012, foram selecionados 20 jornalistas que se destacam não só por essa atividade, mas também pelas matérias frequentes nas áreas de defesa dos direitos humanos, e da capacidade de incidir na Agenda Social (ANDI, 2015).

E também, a consideração sobre o fato de que, durante a investigação, ficou patente a dificuldade da equipe em precisar as diplomações por ano.

Solicitamos à ANDI uma planilha ou qualquer demonstrativo que pudesse hierarquizar por ano cada grupo de jornalistas diplomados [...]

A organização simplesmente não sabia quem eram os profissionais que tinham recebido o prêmio em pelo menos 3 edições. Apesar de terem o mailing de todos os diplomados, não conseguiam identificar qual o ano de entrada do profissional no projeto. Consideramos essa uma grande deficiência administrativa do Núcleo de Mobilização que pode acarretar dificuldades na gestão do prêmio e do projeto (Dias, 2008, p. 293)

E eventos decorrentes disso, posteriormente, retomados pela ANDI

Desde maio de 2012 o projeto conta com um canal específico de interação para esta rede de profissionais, o Blog Direitos, Infância e Agenda Pública (<http://blog.andi.org.br/>) (ANDI, 2015).

Nesse sentido, não temos intenção de prestigiar o estudo, em si, o que seria de uma pequenez tremenda. Mas temos um intuito de ordem bem prática: fazer circular em bases indexadas os efeitos do estudo na realidade e acompanhar cientificamente esses desdobramentos (quase um *follow up* acadêmico), não deixando o estudo ser apenas um resultado de uma aplicação numa prateleira de biblioteca universitária ou mesmo de um repositório. Desta forma, acreditamos tanto no formato artigo, como de indexação de bases e circulação do conhecimento científico, em termos de divulgação científica e comunicação científica (Ferreira, Targino, 2005).

Entendemos que algumas rotinas mudaram, posteriormente, também por conta do próprio tempo histórico e outras variáveis, como a ascensão da web2.0 e toda a ênfase de interatividade que vivemos, sendo esta, no escopo do prêmio, materializada no blog para interação da rede de jornalistas. E também o estreito relacionamento entre ciência, jornalismo e Terceiro Setor, conforme

Os Jornalistas Amigos da Criança também são convidados a seminários e palestras organizados pela ANDI, bem como participam de encontros específicos em faculdades de comunicação, tendo a oportunidade de contar e multiplicar suas experiências para futuros profissionais da área (ANDI, 2015).

Esta aplicação nasce de um curso *stricto sensu* (mestrado acadêmico; e não de mestrado profissional) e justifica a sua retomada em forma de artigo, baseando-se em Pedro Demo (2001) e sua ideia do conhecimento científico válido (dissertação) apenas quando tem uma aplicação prática (mudança da realidade). Para o autor, a pesquisa e a prática são um só e que é científico aquilo que é discutido na teoria e na prática. Motivados e baseados nisso, retomamos a discussão em termos de comunicação científica, no formato: artigo (Ferreira, Targino, 2008). E também no fato de que deve haver um “diálogo inteligente com a realidade” (Demo, 2003, p.37), certos de que a dissertação conversou com período ativo da premiação (1997-2007; 2012; 2015) e retomamos o assunto neste artigo, depois da inatividade do prêmio (2008-2011;2013-2014), mas trazendo alguns efeitos do estudo na realidade, conforme diálogo e comunicação propostos em Demo (2001):

Pesquisar, assim, é sempre também dialogar, no sentido específico de produzir conhecimento do outro para si, e de si para o outro, dentro de contexto comunicativo nunca de todo devassável e que sempre pode ir a pique. Pesquisa passa a ser, ao mesmo tempo, método de comunicação, pois é mister construir de modo conveniente a comunicação cabível e adequada e conteúdo da comunicação, se for produtiva. Quem pesquisa tem o que comunicar. Quem não pesquisa apenas reproduz ou apenas escuta. Quem pesquisa tem capaz de produzir instrumentos e procedimentos de comunicação. Quem não pesquisa assiste a comunicação dos outros (Demo, 2001, p. 39).

O fato de o *Jornalista Amigo da Criança* advogar, defender e promover os direitos da infância e da adolescência, um tema social influi nas relações da redação. O profissional de jornalismo participa de uma rotina de produção da notícia e é socializado pelos valores institucionais da empresa de comunicação na qual trabalha. Com a diplomação⁴, ele passa por um processo de estima e reconhecimento como profissional fora da empresa em que trabalha.

Em 2015, o prêmio *Jornalista Amigo da Criança* conta com uma rede de 392 profissionais de jornalismo. O prêmio, que passou por uma fase de institucionalização (anos 1990 e 2000), e também de inatividade (2008-2011;2013-2014), passa por uma virada com a ênfase no acompanhamento e interação com os premiados (anos 2010). No estudo, um dos apontamentos feitos foi de que a ANDI não tinha condições de atender a seus diplomados: as pessoas que a organização denomina como premiadas por ter

capacidade de interferência qualitativa e quantitativa na produção da pauta da criança e do adolescente, no país, no intuito de se criar uma Agenda Social sobre o tema. Hoje, formalmente, descreve isso em seu site corporativo que diz, a partir de 2012, “estendeu o envolvimento do trabalho de interlocução constante com as redações brasileiras, monitoramento de mídia e relacionamento acadêmico aos temas da inclusão e sustentabilidade e políticas de comunicação” (ANDI, 2015).

Os estudos sobre agendamento dos temas relativos à pauta da infância e da adolescência são muitos: pauta da **prostituição, exploração, abuso e violência sexual infanto-juvenil** na mídia (Andrade, 2001; Silva, 2007; Silva, 2008; Andrade, 2011; Pires, 2011), Pauta da **violência urbana infanto-juvenil** (Andrade, 2005; Coelho, 2006; Nunes, 2007), Pauta do **trabalho infanto-juvenil** (Freitas, 2004; Azevedo, 2003; Pistolato, 2008; Pessoa, 2010), Pauta do **trabalho infantil doméstico** (Bonfim, 2005), Pauta do **aborto voluntário** (Diniz, Damasceno, 2001; Bizzo, 2008), **Representação da infância pelo discurso jornalístico** (Souza, 1999; Pereira, 2004; Nazareth, 2004; Ponte, 2005; Santos, 2005; Pereira, 2005; Brasiliense, 2006; Carvalho, 2007; Nunes, 2007; Campos, 2008; Farah, 2008; Anselmo, 2009; Oliveira, 2010; Nascimento, 2011), **Agenda social dos direitos da criança e do adolescente** (Bastos, 1995; Barbosa, 1999; Pereira, 2000; Rebechi, 2002; Lima, 2005; Raposo, 2005; Rosemberg, Andrade, 2007; Dias, 2008; Mora, 2008; Oliveira, 2008; Mariano, 2010).

Aspectos e Procedimentos Metodológicos

Os aspectos e procedimentos metodológicos utilizam referenciais de Demo (2001). Teoricamente, a pesquisa teve aporte de tópicos de *Sociologia das Profissões* e a dimensão simbólica da premiação é abordada em Bourdieu (2001), no que tange os *Ritos de Instituição*. E está baseada na tradição de pesquisa da *Teoria da Notícia*, de *Newsmaking*: que tem ênfase no processo de produção da notícia. Neste sentido, entendendo a Sociologia dos Emissores e, estudos de efeitos há longo prazo, entende que ambiente de trabalho do jornalista como fator importante na construção da notícia (Fábrica de Notícias), além da socialização entre os profissionais sobre a incidência de uma cultura organizacional e profissional.

Para a aplicação de questionário online (doze perguntas: dez fechadas e duas abertas) foi criado um domínio próprio (www.pesquisaunb.com), registrado em Registro.br tendo como servidor Insite), que, na verdade, era um hot site, ligado à plataforma Lime Survey. O link com perguntas foi enviado ao escritório da ANDI, que o encaminhou, posteriormente, a 346 profissionais da rede do projeto *Jornalista Amigo da Criança*. Uma vez, munidos do link, os depoentes acessavam o questionário e respondiam às perguntas. Ao fim do processo, o depoente enviava os dados que eram recepcionados pelo servidor do hot site. Não houve contato do pesquisador com os depoentes e nem captação de dados dos participantes da pesquisa pelo formulário (IP). Também nenhuma tabulação que leva-se em conta nome, estado, local onde trabalha e outras informações.

Tradicionalmente, em *Newsmaking*, a técnica de observação participante é muito utilizada, por ser uma abordagem etnográfica. Nesse tipo de verificação, o pesquisador acompanha *in lócus* a rotina dos jornalistas e faz a análise de dados e fenômenos. Entretanto, o universo de 346 jornalistas espalhados por todo o país inviabilizava o trabalho presencial (orçamento, a infra-estrutura e cronograma). A opção por um questionário online descaracterizou um pouco a questão do pesquisador checar a influência (*in lócus*), mas pode trabalhar a percepção dos próprios jornalistas dessa suposta influência (pergunta de pesquisa), pois eles eram instruídos pelo escritório da ANDI (Carta Explicação) a responderem livremente sem medo de checagem da ONG sobre os dados, sendo estes pertencentes ao PPGFAC/UnB. Houve pré-teste aplicado a seis jornalistas (quatro residiam em Brasília; um em Londrina; e um em São Paulo) verificando transmissão de dados, inteligibilidade das questões e possíveis falhas. Sobre eventos inesperados, dos 527 endereços eletrônicos remetidos, a ANDI informou que 25 rejeitaram a mensagem, com status de *Delivery Status Notification (Failure)*, tendo o próprio escritório da ANDI reforçado algumas notificações, por telefone (desses e-mails que retornaram). O questionário ficou no ar durante 30 dias. Em três semanas (21 dias), somente 17 participações. O escritório da ANDI reforçou a notificação da pesquisa do PPGFAC/ UnB e o número subiu para 48 participações. Três depoimentos foram desconsiderados por preencher o questionário, mas não tê-lo transmitido. E quatro foram desconsiderados por terem feito a operação depois do prazo de coleta. O saldo final de participações válidas foi de 41 participantes.

Discussão dos resultados

A pergunta número 1 (*Todos os Jornalistas Amigos da Criança são comprometidos com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA*) verificava visão de mundo e cultura profissional (Schudson, 1993) e revela que a noção de conformidade dos depoentes entre a missão do projeto e a *doutrina da proteção integral* é baixa, pois apenas **58%** confirmaram a afirmação como verdadeira. A expectativa era a de que esse índice fosse de quase 90% tendo em vista o esforço institucional da ANDI em reforçar a proximidade das finalidades do projeto em relação à legislação e a presença do assunto na mídia. Existe o caso famoso do jornalista Boris Casoy que é a favor da redução da maioria penal e isso cria um constrangimento para a ANDI, que vê a diplomação como vitalícia, ou seja, não pode ser revogada (Dias, 2008, p. 179). E aí, o impasse está criado: como premiar e engajar alguém segundo critérios organizacionais de defesa e promoção de direitos com premiado que têm algumas posições opostas à da organização premiadora? Ainda, na amostra, o índice de **5%** de depoentes que entendem a afirmação como falsa, ou seja, pode-se ser jornalista premiado por promover e defender a criança e adolescente, mas isso, não necessariamente, quer dizer que se seja um signatário da doutrina integral, que, hoje, é controversa. Em 2015, no artigo *ECA do B*, que a jornalista Eliane Brum trata da visão libertária da lei (1990), mas também da guerra ideológica atual entre a “defesa de bandidinhos” e o “politicamente correto” na polarização da discussão do que sejam direitos humanos (Brum, 2015). Não houve registros de “parcialmente falsa” ou “parcialmente verdadeira”.

A pergunta número 2 (*Você considera o título de Jornalista Amigo da Criança como: (...) uma conquista sua (...) uma homenagem da ANDI para ti (...) uma estratégia de agendamento de notícias*) verificava a percepção do prêmio como honraria ou estratégia de mobilização, trabalhando o poder das fontes como *definidores primários* (Hall et al, 1993) e o relacionamento entre fontes e os jornalistas (Molotch e Lester, 1993). Consideramos o percentual de **41%** dos depoentes que responderam ser *uma estratégia de agendamento de notícias* como um sinal de que há grande adesão do jornalista ao projeto/prêmio no sentido estratégico, de agendamento de notícias mesmo, tendo bem clara a função de defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente. O índice de **42%** dos depoentes que responderam ser uma conquista pessoal, no nosso entender, evidencia uma dimensão do projeto e do prêmio introjetada na carreira profissional do jornalista. Tal indicativo realça o impacto na dimensão pessoal do profissional. E o índice de **17%** dos depoentes que responderam que ser *uma homenagem da ANDI para ti* enfatiza o entendimento desses jornalistas do *Jornalista Amigo da Criança* como prêmio, mais do que como projeto.

A pergunta número 3 (*A ANDI considera a diplomação como vitalícia. Você quer ser Jornalista Amigo da Criança por toda sua vida profissional?*) verificava a disponibilidade e disposição em relação ao engajamento da pauta nos termos institucionalizados pela ANDI. Consideramos o índice de **98%** dos depoentes que responderam *Sim* altíssimo e de grande evidência do prêmio como um item significativo na vida profissional. Tal indicativo nos leva a crer que a disponibilidade e disposição em relação ao engajamento da pauta da criança e do adolescente sejam permanentes, e que o status, nas noções de *habitus* e de *campo* (Bourdieu, 2001) acompanhe o profissional por toda a vida profissional.

A pergunta número 4 (*O pressuposto da Objetividade diz que o jornalista deve ser impessoal no seu relato e apenas transmitir a informação ao público. Como Jornalista Amigo da Criança, você acha esse conceito aplicável à sua conduta?*) verificava a tensão entre atuação social do jornalista ou mera transmissão de informações. O índice de **69%** dos depoentes que responderam *Sim* demonstra que a atuação de defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente pelo *Jornalista Amigo da Criança* tem um grau de implementação moderado, pois **41%** acham incompatível a relação de intervenção social (perspectiva do *Jornalismo Público* em relação ao título de *Jornalista Amigo da Criança*) e de impessoalidade nos relatos (critérios de *Objetividade*).

A pergunta número 5 (*Após a titulação como Jornalista Amigo da Criança, como você consegue influenciar seus colegas de trabalho na adesão às coberturas da infância e da adolescência?*) verificava a influência do profissional na *cultura profissional* (Schudson, 1993) e a questão da ação pessoal e seleção de notícias, além dos filtros do jornalismo (Wolf, 2001, White, 1993) em relação à alteração de valores-notícia e maior enquadramento da pauta no noticiário, por meio de um ranqueamento de ações. O ranking estabelecido pelos depoentes demonstra que as ações no sentido de

influenciar a cultura profissional são feitas de acordo com a seqüência: *sugiro mais pautas sobre o tema* (1º ação no ranqueamento), seguida de *repasso o material especializado da ANDI para toda a redação* (2º ação no ranqueamento) e *reivindico mais a presença do tema no noticiário* (3º ação no ranqueamento). Consideramos que as opções de *compartilho minha rede de contatos com os colegas da redação* (4º ação no ranqueamento), *compartilho minha rede de contatos com os colegas da redação* (5º ação no ranqueamento) e *compartilho livros e material de apoio sobre o tema* (6º ação no ranqueamento) sejam ações menos tomadas tendo em vista a abertura que o *Jornalista Amigo da Criança* teria de fazer no meio organizacional ao compartilhar o arcabouço de facilidades proporcionadas pela ANDI.

A pergunta número 6 (*Quando recebeu o título de Jornalista Amigo da Criança, o veículo no qual você trabalhava divulgou a premiação?*) verificava a receptividade do prêmio e do premiado na organização depois da diplomação. Consideramos o índice de 64% dos depoentes que responderam *Sim* como alto, pois a divulgação da organização sobre um funcionário diplomado como *Jornalista Amigo da Criança* enfatiza que existe certo ganho simbólico não só para o jornalista, mas também para a *cultura organizacional* (Schudson, 1993).

O item número 7 (*Marque o(s) bônus profissionais que o título te trouxe*), tinha apontamentos pré-estabelecidos a serem hierarquizados e verificava influência nas *rotinas produtivas* (Tuchman, 1993), processo de produção da notícia (Molotch & Lester, 1993) e na organização burocrática (cargo, reconhecimento) (Breed, 1993). Consideramos o índice de 35% dos depoentes que responderam *especialização no tema da infância e da adolescência* (1º item no ranqueamento), 24% dos depoentes que responderam *visibilidade* (2º item no ranqueamento) e 18% dos depoentes que responderam *credencial de acesso a mais eventos* (3º item no ranqueamento) como evidência de um bônus na cultura profissional do *Jornalista Amigo da Criança*. Os indicativos de 14% dos depoentes que responderam *maior oferta de fontes* (4º item no ranqueamento), 7% dos depoentes que responderam *promoção* (5º item no ranqueamento) e 2% dos depoentes responderam *maior oferta de releases* (6º item no ranqueamento) evidenciam melhorias na rotina de trabalho.

O item número 8 (*Marque o(s) ônus profissionais que o título te trouxe*), verificava gratificações e sanções no âmbito organizacional, no sentido de *controle do trabalho* (Breed, 1993). Consideramos o índice de 55% dos depoentes que responderam *inveja* (1º item do ranqueamento) como evidência de certa resistência dos colegas de trabalho ao *Jornalista Amigo da Criança*. O que não incorre necessariamente em resistência às finalidades às quais se propõem os diplomados. O índice de 35% dos depoentes que responderam *estereótipo de "defensor das crianças"* nos demonstra certa especialização do jornalista no sentido de desfavorecimento, ou seja, do profissional ter sua atuação profissional estigmatizada. Reconhecemos como ínfimos e pouco representativos os ônus representados por pelas opções: *rixa no ambiente de trabalho* (3º item do ranqueamento, com 5%), *diminuição da pluralidade de temas que cobria* (4º

item do ranqueamento, com 3%), *especialização em apenas um tema, dentro do jornal* (5º item do ranqueamento, com 2%) e *redução salarial* (6º item do ranqueamento, 0%).

A pergunta número 9 (*Com relação ao trabalho jornalístico de apuração do tema da infância e da adolescência, a orientação mais freqüente é a de que: () Eu procuro as fontes para obter informações () As fontes me procuram oferecendo informações*) verificava a qualidade de trabalho na rotina produtiva em relação a fontes. Consideramos o índice de **81%** dos depoentes que responderam *Eu procuro as fontes para obter informações* como indicativo que o projeto *Jornalista Amigo da Criança* aumenta o número de fontes com as quais o jornalista pode trabalhar e não o número de oferta de matérias prontas ou informações que cheguem às redações a procura do profissional. Esta dimensão trabalha o *processo de produção da notícia* e relacionamento entre fontes e os jornalistas (Molocht & Lester, 1993)

A pergunta número 10 (*Hoje, ao procurar emprego, você se identificaria como Jornalista Amigo da Criança?*) verifica a influência do prêmio no currículo profissional e o *sistema de recompensa profissional* (Soloski, 1993). Consideramos o índice de **71%** dos depoentes que responderam *Sim* como alto e representativo no sentido de poder simbólico com o qual o prêmio se impõe no meio jornalístico. Além do que, apresentar-se em outra empresa de comunicação expondo experiência como defensor e promotor dos direitos da criança e do adolescente contribui para que essa missão seja validada em outras instituições jornalísticas e não somente naquele meio de comunicação onde ANDI monitorou e diplomou o profissional com o título.

A pergunta número 11 (*Você acha que ser Jornalista Amigo da Criança te influencia como profissional? Explique*), verificava a pergunta principal da pesquisa e a questão do valor profissional do prêmio. Consideramos que as alegações dos diplomados enfatiza a responsabilidade profissional com a pauta da criança e do adolescente, responsabilidade pessoal em relação à essa pauta, compromisso social com a infância e adolescência, melhoria do trabalho (no aspecto de fontes), realização pessoal (por vezes, nomeada de "orgulho"), a vinculação ao tema mesmo que o jornalista não trabalhe mais com reportagem. Somente 3 depoentes disseram que não os influenciava profissionalmente. Consideramos que seu entendimento do *Jornalista Amigo da Criança* seja estrito como prêmio: “não influencia: recebi pelo que fazia. Não passei a fazer porque recebi”, “Não (..) acredito que não é o título que faz o cidadão e sim seus princípios que cada um trás do berço” e “Não, o título foi um reconhecimento, é verdade, mas o que eu já fazia antes eu continuei a fazer”.

A pergunta número 12 (*Sendo Jornalista Amigo da Criança, como você lida com o fato dessa missão ser compartilhada agora por todos os jornalistas?*) Verificava o novo paradigma de defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente (CEJ, 2007) em detrimento do contexto de estrita defesa (CEJ, 1987), buscando a questão do declínio do paradigma da *objetividade* nos media noticiosos (Hackett, 1993). Assim, o *Jornalista Amigo da Criança* era questionado sobre o diferencial acerca do título sendo

que toda a categoria passa a compartilhar da mesma missão que, em outrora, era específica de jornalistas engajados em temas da infância e da adolescência. O intuito foi o de que as respostas a esta pergunta trabalhassem principalmente a questão do valor profissional. Consideramos as alegações como favoráveis à continuidade da missão relativa ao título de *Jornalista Amigo da Criança*, mas percebemos certa reprovação aos preceitos de defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente no escopo do CEJ (2007). Para os depoentes, o preceito da criança e do adolescente no Código não traz benefícios imediatos tendo em vista a distância entre os ideais deontológicos e a prática cotidiana da profissão. Percebemos que muitos não sabiam sequer da existência do CEJ (2007). Respostas evasivas foram frequentes: “com satisfação”, “muito melhor assim”, “fico feliz”, “muito contente”, “acho bom” e “acho excelente”.

Considerações finais

Consideramos, ao fim da presente pesquisa, que segundo a percepção dos jornalistas captadas no questionário, o prêmio *Jornalista Amigo da Criança* tem realmente influência sobre o profissional de jornalismo: na dimensão pessoal, em relação à cultura profissional e também à cultura organizacional. Também identificamos que a premiação não se esgota com a entrega do título, em vista de toda a significação simbólica tratada pelos depoentes na pesquisa (a ver pelos bônus profissionais enumerados, status e portas abertas, no sentido curricular e de barganha de espaço e prestígio no mercado noticioso, além de na rotina produtiva). Também conseguimos vislumbrar a estratégia de engajamento de ANDI em relação aos jornalistas por meio do prêmio e do projeto *Jornalista Amigo da Criança*. Percebemos maior compromisso social do jornalista, após a diplomação, ao menos em relação à pauta da criança e do adolescente. Tal responsabilidade, muitas vezes, é levada para outras funções do jornalismo além da reportagem (assessoria de imprensa e até salas de aula, no caso de jornalistas que se tornaram professores universitários).

Outro aspecto importante foi a precisão das argumentações dos jornalistas que veem o *Jornalista Amigo da Criança* como prêmio ou projeto. A estratégia de ANDI de agendamento de notícias é algo claro para a maior parte de diplomados, mas muitos preferem entender o prêmio como uma conquista profissional e não como uma ação social. Quanto à checagem sobre o compromisso do *Jornalista Amigo da Criança* com o status social de ser premiado (proeminência profissional) ou com os direitos da infância e da adolescência, podemos concluir quanto à amostra que o valor social do prêmio/projeto é mais significativo do que a proeminência decorrida do título. Teoricamente, percebemos uma lacuna em *Agenda Setting* e *Newsmaking*, ao menos no que corresponde advocacy e engajamento de jornalistas em relação a premiações e fenômenos relativos à certificação de matérias jornalísticas, profissionais de jornalismo e empresas de comunicação.

Verificamos a necessidade de entender, no meio acadêmico e profissional, de como a defesa e a promoção dos direitos da infância e da adolescência foram

institucionalizadas pela cultura profissional do jornalismo de tal forma que viraram norma no Código de Ética. Constatamos que essa dimensão da *doutrina da proteção integral*, que era até então jurídica, torna-se presente no jornalismo de modo deontológico, a ver pelo CEJ (2007).

Referências

- ANDI. O projeto. Disponível em <http://www.andi.org.br/jac/o-projeto>. Acesso em 10/10/2015.
- Andrade, L. Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – PUCSP. São Paulo, 2001.
- Andrade, M. A categoria "meninos de rua" na mídia: uma interpretação ideológica. Tese (Doutorado em Psicologia Social), PUCSP. 2005.
- Andrade, I. Quem conta a história? A exploração sexual de crianças e adolescentes no discurso da mídia impressa sul-mato-grossense. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UFMS. 2011.
- Andrade, I. A Construção Discursiva da Violência envolvendo crianças e adolescentes em jornais impressos brasileiros: um estudo de caso dos jornais O Globo e Extra de 2000 a 2014. Tese (Doutorado em Comunicação, em andamento), UFBA. 2012.
- Anselmo, M. A representação das práticas socioculturais de crianças e adolescentes do jornal boca de rua: a experiência do boquinha. (Dissertação, Mestrado em Comunicação). UFRGS. 2009.
- Azevedo, M. Trabalho infantil, movimentos sociais e imprensa : um olhar sobre o fazer jornalístico. Dissertação (Mestrado em Comunicação), USP. 2003
- Barbosa, H. (1999). *Inocência em Perigo: abuso sexual de criança, pornografia infantil e pedofilia na internet*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bastos, M. O movimento de Defesa da Criança e do Adolescente: uma contribuição para sua análise. (Dissertação, Mestrado em Educação). UFF. 1995.
- Bizzo, V. Infância associada ao tema aborto voluntário me peças jornalísticas publicadas pelo jornal online da Folha de S. Paulo (1997-2005). (Dissertação, Mestrado em Psicologia Social). PUC/SP. 2008.
- Bonfim, W. O papel das fontes na construção da notícia o agendamento do tema trabalho infantil doméstico no jornalismo impresso brasileiro, no ano de 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UNB. 2005
- Bourdieu, P. (2001). *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.

- Brasiliense, D. *Tessituras narrativas de O Globo e o acontecimento “Chacina da Candelária”*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UFF. 2006
- Brum, E. ECA do B. El País. 2015. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/28/opinion/1443448187_784466.html. Acesso em 11/10/2015
- Brasil, Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA).
- Breed, W. Controle social na redação. Uma análise funcional. p.152-156. In Traquina, N. (Org.). (1993). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega.
- Campos, M. A infância sem segredos: a noticiabilidade jornalística do crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. Dissertação (Mestrado em Comunicação). UFMG. 2008.
- Carvalho, E. (2007). *A reportagem de capa dos suplementos estadinho e folhinha: a construção da discursividade infantil*. Taubaté: Universidade de Taubaté.
- Coelho, M. (2006). *Políticas públicas sobre o menor infrator divulgadas na Folha De São Paulo 2000-2005*. São Paulo.
- Damasceno, L. O controle social das políticas públicas para a infância e adolescência. (Dissertação, Mestrado em Serviço Social). UFF. 2006
- Demo, P. (2001). *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez.
- Dias, R. A influência do prêmio Jornalista Amigo da Criança sobre o profissional de jornalismo: um estudo de caso. (Dissertação, Mestrado em Comunicação). UnB. 08/08/2008
- Diniz, D; Damasceno, A. Mulheres, mídia e aborto. *SérieAnis*, 20, Brasília: *LetrasLivres*, 1-8, maio, 2001.
- FENAJ. (2007). Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.
- FilhoI, C. A produção de sentidos e o ato infracional: significações construídas no diálogo com os atores sociais com atuação na área da criminalidade juvenil. (Dissertação, Mestrado em Serviço Social). UEL. 2011.
- Farah, A. Representações Visuais da Criança na Imprensa: uma análise dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. (Dissertação, Mestrado em Comunicação). UTP. 2008.
- Ferreira, S; Targino, M. (Org.). (2005). *Preparação de revistas científicas: teoria e prática*. São Paulo: Reichmann & Autores Editores.

- Ferreira, S; Targino, M. (Org.). (2008). *Mais sobre revistas científicas: em foco a gestão*. São Paulo: Senac São Paulo / Cengage Learning.
- Fonseca, C. Subjetividade, família e violência: repercussões no adolescente contemporâneo. (Dissertação, Mestrado em Psicologia). FASA. 2002.
- Freitas, R. *O tema trabalho infanto-juvenil na mídia: uma interpretação ideológica*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). PUCSP. 2004.
- Hackett, R. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos media noticiosos. In Traquina, N. (Org.). (1993). *Jornalismo: questões, teorias e estórias'*. Lisboa: Vega.
- Hall, S; Chritcher, C; Jefferson, T., et alii. A produção social das notícias: o “mugging” nos media. In: Traquina, N. (Org.). (1993). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega.
- Molotch, H., e Lester M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico dos acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: Traquina, N. (Org.). (1993). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega.
- Lazarotto, A. A infância na imprensa em Chapecó - 1939/1979. (Dissertação, Mestrado em Educação). UFSC. 2010.
- Lima, I. Impacto da agenda social no jornalismo brasileiro – Agência de Notícias dos Direitos da Infância: uma experiência exemplar de Jornalismo Público. (Dissertação, Mestrado em Comunicação). UnB. 01/01/2005.
- Mariano, C. Direitos da criança e do adolescente: marcos legais e mídia. (Tese, Doutorado em Psicologia Social). PUCSP. - 01/10/2010.
- Mora, G. O concurso Tim Lopes de investigação jornalística como estratégia de agendamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na imprensa brasileira. (Dissertação, Mestrado em Comunicação). UnB. 2008.
- Nascimento, D. Representações da infância, da adolescência e da juventude nas crônicas e na prosa ficcional de Raul Pompéia. Tese (Doutorado em Doutor em Teoria e História Literária). UNICAMP. 2011
- Nazareth, L. O discurso da mídia sobre a adolescente grávida: uma análise da ideologia. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). PUCSP. 2004.
- Nunes, T. A criança e o adolescente na imprensa paulista (Jornal: Folha de São Paulo – 1990/2000). (Dissertação, Mestrado Interdisciplinar em Educação, Administração e Comunicação). Universidade São Marcos. 2007.

- Oliveira, D. Jornalismo para além do valor-notícia. O valor-convergente como modelo para selecionar e inserir temas sociais na mídia. (Dissertação, Mestrado em Comunicação). UnB. 2008.
- Oliveira, J. A construção do conceito de criança e adolescente no jornal impresso de João Pessoa - 01/04/2010.
- Pereira, M. Condenados à juventude: um estudo comparativo sobre a juvenalização no jornalismo brasileiro. - 01/04/2000.
- Pereira, F. Em nome da criança e do adolescente : ONGs e imprensa em parceria na construção do noticiário. (Dissertação, Mestrado em Comunicação). USP. 2005.
- Pereira, F. Formas recentes da prática jornalística: reflexões sobre imprensa, ONGs, infância e Adolescência. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Portugal, 2004.
- Pessoa, A. Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920) - 01/05/2010.
- Pires, M. Violência sexual e a imagem do agressor na mídia impressa brasileira. (Dissertação, Mestrado em Saúde). USP. 2011.
- Pistolato, A. A influência da comunicação na erradicação das piores formas de trabalho infantil no Paraná: o programa catavento. (Dissertação, Mestrado em Comunicação). UNIMAR. 2008.
- Ponte, C. Crianças como matéria jornalística in Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico. Lisboa. ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- Raposo, M. Comunicação virtual entre ONGs e construção do conhecimento - o caso da rede ANDI Brasil. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UFPE. 2005.
- Rebechi, M. *Agência de Notícias dos Direitos da Infância ANDI - Um Estudo Preliminar de uma Organização do Terceiro Setor*. Dissertação (Mestrado em História), Mackenzie. 2002.
- Rosemberg, F; Andrade, M. Infância na mídia brasileira e ideologia. Texto apresentado na ABRAPSO, outubro, 2007. (Mimeo.)
- Santos Ana. A questão do conhecimento na cobertura sobre infância e adolescência. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Anais, 2005.

- Santos, C. O agendamento do jornalismo: um estudo de caso sobre a infância e adolescência em Pernambuco. (Dissertação, Mestrado em Comunicação). UFPE. 2008
- Schudson, M. *A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão*. In: Traquina, N. (Org.). (1993). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega.
- Silva, J. Violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes na imprensa. (Dissertação, Mestrado em Serviço Social). UFPE. 2007.
- SILVA, L. Entre o Público e o Privado: Interpretações Sobre Estórias de Abuso Sexual Em Narrativas Jornalísticas. (Dissertação, Mestrado em Comunicação). PUCRS. 2008.
- Soloski, J. *O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico*. In: Traquina, N. (Org.). (1993). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega.
- Souza, M. Infância de papel: análise do discurso jornalístico sobre a infância na imprensa brasileira. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UFRJ. 1999
- Tuchman, G. *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. In: Traquina, N. (Org.). (1993). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega.
- White, D. *O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias*. In: Traquina, N. (Org.). (1993). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega.
- Wolf, M (2001). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Ed. Presença.

Notas

¹ El examen teórico y el cuestionamiento presentado en este artículo sirvieron de base para enfrentar el trabajo empírico de la investigación de maestría Periodista Amigo de la Niñez y su influencia: un estudio de caso, trabajo realizado bajo la dirección de la Prof. Dr. Dione Oliveira Moura (presidente la Sociedad Brasileña de Estudios em Periodismo - SBPJor: Gestão 2011-2013). El autor recibió una beca del Consejo de Desarrollo Científico y Tecnológico Nacional (CNPq) para realizar el estudio.

² Grifo nosso

³ Grifo nosso

⁴ Cerimônia de investidura do profissional com o título *Jornalista Amigo da Criança* em ato público. Em 1997, na diplomação dos primeiros profissionais, houve uma entrevista coletiva com o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.